

Demonstrações Financeiras

***Concessionária Ecovia Caminho do
Mar S.A.***

***31 dezembro de 2005 e 2004
com Parecer dos Auditores Independentes***

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2005 e 2004

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	1
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balancos Patrimoniais	2
Demonstrações do Resultado.....	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa 6, a Administração da Companhia e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. Tais discussões abrangem alternativas para atender o interesse público, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como a possibilidade do Governo do Estado promover a execução de alternativas como: a) desapropriação das ações da Companhia; b) a encampação das rodovias e c) a caducidade do Contrato de Concessão, como forma de retomar o controle da atividade presentemente concedida à mesma; d) nulidade dos aditivos contratuais e de graus tarifários. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer efeitos que o desfecho das referidas discussões com o Governo poderiam trazer na eventualidade de um desfecho negativo.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2006.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/S

Aurivaldo Coimbra de Oliveira
Contador CRC-1PE009428/O-4-S-SP

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
ATIVO		
Circulante		
Disponibilidades	3.737	1.633
Bancos – conta vinculada	-	584
Contas a receber	526	60
Impostos a recuperar	502	6
Despesas antecipadas	581	512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	289
Outros créditos	285	9
	5.631	3.093
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	228	228
Imposto de renda e contribuição social diferidos	344	-
	572	228
Permanente		
Imobilizado	39.984	37.556
Total do ativo	46.187	40.877

	2005	2004
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores	3.783	2.042
Empréstimos	2.068	7.145
Impostos e contribuições a recolher	878	1.345
Obrigações sociais	1.170	634
Partes relacionadas	2.555	121
Dividendos a pagar	10.333	11.958
Demais contas a pagar	865	498
	21.652	23.743
Exigível a longo prazo		
Empréstimos	6.539	-
Provisão para contingências	547	347
	7.086	347
Patrimônio líquido		
Capital social	15.600	15.600
Reservas de lucros	1.849	1.187
	17.449	16.787
Total do passivo e patrimônio líquido	46.187	40.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação em reais)

	2005	2004
Receita operacional bruta		
Receita com arrecadação de pedágio	81.266	65.980
Receitas acessórias	644	279
Impostos sobre arrecadação	(6.839)	(5.957)
Receita operacional líquida	75.071	60.302
Custo dos serviços prestados	(36.564)	(24.647)
Lucro bruto	38.507	35.655
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(18.453)	(11.422)
Resultado financeiro líquido	(1.781)	(3.183)
	(20.234)	(14.605)
Resultado operacional	18.273	21.050
Resultado não operacional	15	(45)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.288	21.005
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(6.305)	(6.188)
Diferido	55	(682)
	(6.250)	(6.870)
Lucro líquido do exercício	12.038	14.135
Lucro por ação – em reais	0,77	0,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais, exceto informação por ação em reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2003	15.600	372	37	-	16.009
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.135	14.135
Destinações do lucro líquido					
Reserva legal	-	707	-	(707)	-
Reserva estatutária	-	-	71	(71)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(399)	(399)
Dividendos (R\$0,86 por ação)	-	-	-	(12.958)	(12.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	15.600	1.079	108	-	16.787
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.038	12.038
Destinações do lucro líquido					
Reserva legal	-	602	-	(602)	-
Reserva estatutária	-	-	60	(60)	-
Dividendos (R\$0,73 por ação)	-	-	-	(11.376)	(11.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	15.600	1.681	168	-	17.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	12.038	14.135
Valores que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciações e amortizações	7.335	6.875
Provisão para contingências	200	66
Custo residual de ativos permanentes baixados	-	46
Recursos originados das operações	<u>19.573</u>	<u>21.122</u>
De terceiros:		
Aumento do exigível a longo prazo	-	-
Empréstimos	6.539	-
Total das origens de recursos	<u>26.112</u>	<u>21.122</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No ativo imobilizado	9.763	6.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	344	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício	11.376	13.357
Aumento do realizável a longo prazo (depósitos judiciais)	-	64
Total das aplicações de recursos	<u>21.483</u>	<u>20.286</u>
Aumento de capital circulante líquido	<u>4.629</u>	<u>836</u>
Variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante:		
No início do exercício	3.093	3.791
No final do exercício	5.631	3.093
	<u>2.538</u>	<u>(698)</u>
Passivo circulante:		
No início do exercício	23.743	25.277
No final do exercício	21.652	23.743
	<u>(2.091)</u>	<u>(1.534)</u>
Aumento de capital circulante líquido	<u>4.629</u>	<u>836</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 km; c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19,0 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento da verba anual de fiscalização em doze parcelas mensais durante o período do contrato sendo, do início até o 11º ano R\$ 60 mensais e do décimo segundo ano até o final do contrato R\$ 66 mensais.
- Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destinada a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária, a qual será paga até o 11º ano, no valor de R\$10 mensais e do 11º ano ao final do contrato R\$11 mensais.
- A restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme abaixo (exceto operação):
 - 2,6 Kms. da Rodovia PR 804, trecho entre a BR 277 e Pr 408;
 - 13,2 Kms. da Rodovia PR 408, trecho entre Morretes e a BR 277;
 - 9,6 Kms. da Rodovia PR 408, trecho entre a PR 340 e Morretes;
 - 13 Kms. da Rodovia PR 411, trechos entre a PR 410 (São João da Graciosa) a Morretes.

Os valores acima, são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e consoante as práticas contábeis descritas na Nota 3.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são resumidas a seguir:

a) Receitas e despesas

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. As despesas são registradas pelo regime de competência.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada com base na vida útil-econômica estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente.

c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo e passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes, sendo para o Imposto de Renda 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido; e para Contribuição Social 9%.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base na alíquota efetiva desses impostos e registrados em 2005 no ativo realizável a longo prazo, em função das diferenças temporárias consideradas quando da apuração desses impostos.

e) Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa nº 9.

f) Juros sobre o capital próprio

Em 2004, foram calculados de acordo com a legislação vigente, sendo que para os juros sobre o capital próprio foi respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado.

g) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes e outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

4. Imobilizado

	Taxa anual depreciação (%)	2005			2004
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Construção e projetos	5 a 7	9.209	(3.576)	5.633	13.572
Demais ampliações e melhorias	5 a 7	1.248	(623)	625	8.443
Pavimentações e conservação especial	16,67	31.620	(13.346)	18.274	2.983
Sinalização e dispositivos de segurança	16,67	5.837	(3.861)	1.976	1.661
Praça de pedágio e bases operacionais	4,17 a 16,67	-	-	-	225
Hardware, software, sistemas e equipamento de pedágio	10 a 20	5.773	(3.276)	2.497	1.900
Máquinas e equipamentos	10	490	(209)	281	533
Móveis e utensílios	10	333	(251)	82	-
Terrenos e edificações	4	10.766	(3.677)	7.089	7.631
Instalações	6 a 33	226	(70)	156	-
Terraplanagem e estruturas de contenção	5 a 7	4.268	(1.371)	2.897	-
Drenagem e obras de arte correntes	5 a 16,67	2.562	(2.107)	455	608
Outros		53	(34)	19	1
		72.385	(32.401)	39.984	37.556

5. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de empréstimos de R\$8.607 (R\$ 2.068 no curto prazo e R\$6.539 no longo prazo) estava representado por obrigações referente à captação de capital de giro no Unibanco S.A., com vencimento em 3 de julho de 2010 e taxa de juros contratada de CDI + 6,17% ao ano.

6. Informações sobre o contrato de concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.066 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da concessão objeto do contrato de exploração do lote número 6 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Ecovia Caminho do Mar S.A.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

6. Informações sobre o contrato de concessão--Continuação

De acordo com a referida Lei, a extinção da concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á imediatamente após o pagamento do valor correspondente à indenização devida à Companhia, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos.

Em 12 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de decretos declarando como sendo de “utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto” de cinco das seis Companhias que fazem parte do Anel de Integração do Paraná. Pelos referidos decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação. Além disso, o Poder Concedente ingressou com uma ação de caducidade do contrato de concessão junto à Justiça Federal, alegando que a mesma teria descumprido uma série de cláusulas contratuais.

Durante o primeiro semestre de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por meio do DNER, realizou diversos procedimentos de auditoria operacional e financeira sobre os registros contábeis da Ecovia Caminho do Mar S.A. Como resultado desse trabalho, algumas supostas incorreções foram identificadas por aquelas autoridades, as quais foram tempestivamente explicadas e justificadas pela Companhia. Subsequentemente, como parte das discussões judiciais em curso, envolvendo a Companhia e o Governo do Paraná, tais auditorias de avaliação foram consideradas ilegais pelo Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região.

A desapropriação de ações de controle da Companhia, para a qual o Governo do Estado editou decretos de utilidade pública, foi impedida por ordem da Justiça Federal do Distrito Federal editada em 2 de abril de 2004.

Concomitantemente, certos processos administrativos movidos pelo Governo do Estado do Paraná, destinados à declaração da caducidade das concessões, foram suspensos por decisão do TRF da 1ª Região emitida em 1º de junho de 2004.

A aplicação do reajuste legal, contratualmente previsto para ocorrer em 1º de dezembro de 2003 e que havia sido temporariamente suspenso devido a ação judicial impetrada pelo Estado, foi assegurada pela Justiça Federal de Curitiba e posteriormente confirmada, em acórdão unânime, pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça – STJ em decisão datada de 30 de junho de 2004. Dessa forma, os referidos reajustes vêm sendo praticados pela Ecovia Caminho do Mar S.A. desde 2 de julho de 2004.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

6. Informações sobre o contrato de concessão--Continuação

O Governo do Estado do Paraná pretendeu também sustar a aplicação de degrau tarifário contratualmente previsto. Da mesma forma, a Justiça deu ganho de causa à Ecovia Caminho do Mar S.A., impedindo o Estado de proceder qualquer alteração no valor nominal das tarifas.

Na mesma esteira, o Governo do Estado do Paraná ainda pretendeu, por meio de via judicial, tornar nulos os aditivos ao Contrato de Concessão para obter por via transversa a redução das tarifas de pedágio. Todavia, tais tentativas restaram frustradas, e, por essa razão a tarifa básica permanece nos patamares contratuais.

A Companhia promove ação judicial contra o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR (Concedente), perante a Justiça Federal de Curitiba, para ter declarado e considerado em seu favor os principais fatos que desequilibraram o contrato original, por exemplo, obras não previstas e realizadas, obtendo-se assim o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Concessão.

7. Transações com partes relacionadas

A Concessionária contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. As transações do exercício e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

Sociedade	Custos dos serviços comprados	Investimentos	Despesas financeiras	Saldo de serviços e obras a pagar
Impregilo Intern. Infrastructures	-	-	-	14
Primav Ecorodovias S.A.	12.870	-	-	2.541
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras	614	266	-	-
Total 2005	13.484	266	-	2.555
Total 2004	-	9.799	1.497	121

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições usuais de mercado.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro contábil, ajustado de acordo com a legislação fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre o prejuízo fiscal acumulado, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2005, os saldos acumulados de prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social haviam sido totalmente compensados com lucros tributáveis. O crédito tributário relativo ao imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente de diferenças temporárias, totalizava R\$344, realizável em sua totalidade no longo prazo (R\$289 em 31 de dezembro de 2004, no curto prazo). A efetiva realização desse ativo está condicionada à tributação futura das diferenças temporárias.

9. Contingências

A Administração acredita apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis, baseadas em melhores estimativas, decorrentes de decisões desfavoráveis. Os saldos das provisões para contingências são os seguintes:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Cível	200	177
Trabalhista	347	170
	<u>547</u>	<u>347</u>

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os saldos desses créditos, que em 31 de dezembro de 2005 representavam R\$228 (R\$228 em 2004), estão classificados sob a rubrica “Depósitos judiciais” no ativo realizável a longo prazo.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

9. Contingências--Continuação

Perdas possíveis

A Companhia tem ainda ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela Administração e seus advogados como possível no montante estimado de R\$1.373 em 2005 (R\$1.495 em 2004), para os quais não há provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, a Companhia não possuía ativos oferecidos em garantia.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o capital social estava composto por 15.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Dividendos

A Companhia efetuou, em 2005, pagamento de dividendos no valor de R\$13.000 (R\$11.958 referente ao exercício de 2004 e R\$1.042 referentes a dividendos intermediários do exercício de 2005). Em 2004 o montante pago foi de R\$6.340 (R\$5.340 referentes ao exercício de 2003 e R\$1.000 referentes a dividendos intermediários do exercício de 2004).

Aos acionistas são assegurados dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e as deduções previstas na legislação societária. Serão ainda destinados do lucro líquido, após as referidas compensações, 0,5% para constituição da reserva destinada à restituição de capital aos acionistas no caso de extinção da concessão, limitada a 10% do total do capital subscrito.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido--Continuação

b) Dividendos--Continuação

O dividendo calculado sobre o lucro líquido do exercício é assim demonstrado:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Lucro líquido do exercício	12.038	14.135
Reserva legal	(602)	(707)
Base de cálculo	<u>11.436</u>	<u>13.428</u>
Dividendo estatutário – 25%	2.859	3.357
Proposição da administração:		
- Dividendos	11.376	12.958
- Juros sobre o capital próprio	-	399
	<u>11.376</u>	<u>13.357</u>

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia mantém registrado saldo de dividendos do exercício de 2005 a pagar no valor de R\$10.333.

c) Juros sobre o capital próprio

O montante de juros sobre o capital próprio apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 e pago a título de adiantamento em 2 de abril de 2004 totalizou R\$399 (R\$1.681 em 31 de dezembro de 2003) e foi calculado dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei n.º 9249/95, complementada por disposições legais posteriores.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

11. Resultado financeiro

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
- Receita de aplicações financeiras em fundos de Investimento	-	28
- Outros	16	36
	16	64
<u>Despesas financeiras</u>		
- Juros sobre financiamentos	(1.554)	(2.166)
- Juros sobre outras obrigações	(54)	(63)
- Perdas em investimentos financeiros	38	(503)
- Outros	(227)	(473)
	(1.797)	(3.205)
<u>Outros</u>		
- Variações monetárias sobre financiamentos	-	(42)
	-	(42)
Resultado financeiro líquido	(1.781)	(3.183)

12. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, a Companhia não tinha operações com derivativos.

13. Seguros contratados

A Companhia tem, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, cobertura de seguros considerada suficiente em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, em que o beneficiário é o DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem – Paraná).